



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ATA Nº 08 DA LICITAÇÃO CASAL Nº 35/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2019 – CASAL
REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI ACORDAM, DE UM
LADO A COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS E DE
OUTRO A EMPRESA HIDRODOMI DO BRASIL INDÚSTRIA
DO DOMISSANEANTES LTDA.**

PREÂMBULO – DAS PARTES E DO FUNDAMENTO:

I) DO ÓRGÃO GERENCIADOR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL, Sociedade De Economia Mista Estadual, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura, sediada a Rua Barão de Atalaia, nº 200, Centro, Maceió/AL, CEP: 57.020-510, doravante denominada simplesmente CASAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.294.708/0001-81, neste ato representada por seu Diretor Presidente **WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR**, inscrito no CPF/MF sob o nº 091.578.673-72 e por seu Vice-Presidente de Gestão Operacional, **HUMBERTO CARVALHO JÚNIOR**, inscrito no CPF/MF nº 046.141.704-98, ambos residentes e domiciliados nesta Capital.

II) FORNECEDOR: HIDRODOMI DO BRASIL INDÚSTRIA DE DOMISSANEANTES LTDA, estabelecida à Av. Claudionor Barbieri, 1300ª, Centro, Bariri/SP, CEP 17250.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.406.359/0001-75, representada pelo Sr. **GUILHERME DE FREITAS ROVERI JOSÉ**, Diretor Comercial, inscrito no CPF/MF nº 213.587.098-66, simplesmente denominada FORNECEDORA.

III) FUNDAMENTO LEGAL DO REGISTRO DE PREÇOS: O presente registro decorre da LICITAÇÃO CASAL Nº 35/2019 – SRP - ELETRÔNICA, realizado pelo rito da modalidade do pregão eletrônico, devidamente homologada pelo Senhor Diretor Presidente da CASAL e por seu Vice-Presidente de Gestão Operacional, conforme consta no Processo Administrativo Protocolo nº 3.727/2019, C.I. Nº 22/2019 – SUPTRA/GEDOP, Lote 02, na forma do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL, Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, observadas as condições a seguir expressas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Possível aquisição de 24.000 kg de tricloro em pó (ácido tricloroisocianúrico), com teor de cloro ativo mínimo de 90%, para uso em Estações de Tratamento de Água (ETA's) e Estações Elevatórias (EE's) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETE's) da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, conforme discriminado no Anexo I.

1.1. O sistema de registro de preços não obriga a CASAL a comprar nenhum item registrado.

1.2. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

a) Edital de **LICITAÇÃO CASAL Nº 35/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - ELETRÔNICA**, e seus anexos, nestes incluso o Termo de Referência.

b) Proposta Comercial da empresa licitante declarada vencedora da licitação

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DA ATA: A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

2.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, limitados a 5 (cinco) anos, desde que, cumulativamente, seja demonstrada a vantajosidade, haja saldo de quantidades não consumidas e concordância do fornecedor.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA:

ATA Nº 08 DA LICITAÇÃO CASAL Nº 35/2019 – SRP
Lote 02
GEJUR / CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

3.1. O prazo para entrega dos produtos solicitados é de não superior a 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do envio do pedido, por e-mail ou outra forma de registro, com a respectiva Autorização de Fornecimento - AF e recebimento por parte do fornecedor.

3.2. Os equipamentos devem ser entregues na Estação de Tratamento de Água do Sistema Pratagy, localizada à Rua Paulo Roberto Farias, S/N, Antares, Maceió - AL, de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas.

3.3. Os produtos deverão ser entregues na condição de CIF - Maceió - AL.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DOS RECURSOS: A FORNECEDORA se obriga a fornecer os produtos, objeto desta Ata pelo valor estimado de R\$ 269.760,00 (duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta reais), de acordo com sua Proposta.

4.1. Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela licitante incluem todos os custos diretos e indiretos, requeridos para o fornecimento dos bens objeto deste instrumento.

4.2. As despesas decorrentes deste contrato terão a seguinte classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 134.100 - GEDOP.
GRUPO DE DESPESA 200.000 - MATERIAL.
RUBRICA 206.207 - TRATAMENTO.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO: O valor da Nota Fiscal Fatura deverá corresponder aos quantitativos dos produtos solicitados através da respectiva Autorização de Fornecimento - AF - emitida pelo Gestor do Contrato e entregue pela Fornecedora.

5.1. O pagamento será procedido após apresentação da Nota Fiscal Fatura protocolada e devidamente conferida e atestada pelo gestor do Contrato, contando-se o prazo de 30 (trinta) dias a partir do seu lançamento no sistema de controle de pagamento da CASAL.

5.2.A CONTRATADA quando do faturamento deverá apresentar, ao gestor do Contrato, os seguintes documentos, com data de validade atualizada:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS;
- c) Certidão Negativa atualizada de Débito junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

5.3. A não apresentação dos documentos acima elencados, ao gestor do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, ensejará a rescisão deste contrato.

5.4. Nenhum pagamento será feito sem que a CONTRATADA tenha recolhido o valor da multa eventualmente aplicada.

5.5. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para pagamento da obrigação. Havendo erro na Nota Fiscal a mesma será devolvida à CONTRATADA.

5.6. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à contratada, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras, não acarretando ônus para a CASAL.

5.7. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA: Banco do Brasil, Agência 3235-2, C/C 125.560-6.

5.8. No caso de pagamento não efetuado no prazo estabelecido no item 5.1., o valor em atraso será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, desde o inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE: O preço constante da Proposta da FORNECEDORA ofertado para a aquisição do objeto desta ATA e aceito pela CASAL é **FIXO E IRREAJUSTÁVEL** pelo período de 12 meses.

[Handwritten signature]
Maceió, 09 de Setembro de 2019
GE JUR / CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA INSPEÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE: A CASAL submeterá os produtos fornecidos à inspeção para Controle de Qualidade e de obediência às especificações por ela requeridas.

7.1. Fica pactuado que ocorrendo a rejeição, total ou parcial dos materiais pelos critérios de Controle de Qualidade previstos, a CASAL sustará o pagamento correspondente, bem como, poderá cancelar o fornecimento, no todo ou em parte, de acordo com sua conveniência.

7.2. A FORNECEDORA reembolsará a CASAL por todas as despesas feitas com inspeções para CONTROLE DE Qualidade, que resultem em recusa dos materiais, bem como, por todas as despesas decorrentes da não efetivação destas inspeções, quando a FORNECEDORA não oferecer condições para realização das mesmas.

7.3. Os produtos a serem entregues, deverão estar comprovadamente dentro das especificações das normas técnicas do INMETRO e da ABNT pertinentes a este item.

7.4. Os produtos deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

7.5. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasa que comprometa a sua plena utilização.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR: Não constitui inadimplemento da FORNECEDORA os atrasos no fornecimento do objeto da presente ATA, quando decorrentes ou causados por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados no prazo máximo e improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, por iniciativa exclusiva da fornecedora ou quando públicos e notórios forem os eventos.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO: A gestão e fiscalização da presente ATA serão exercidas, respectivamente, pelos empregados FRANKLIN FREITAS MONTE BISPO, engenheiro químico, matrícula 2251, inscrito no CPF sob o nº 861.300.134-34 e DOMINGOS FIRMINO DA SILVA JÚNIOR, engenheiro químico, matrícula 3116, inscrito no CPF sob o nº 048.247.034-84.

9.1. A gestão e a fiscalização da ATA consistem na verificação da conformidade de sua escoreita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelo gestor da ATA designado pela CASAL, que poderá ser auxiliado por técnicos da CASAL, cabendo ao responsável legal ou preposto da FORNECEDORA o acompanhamento dessas atividades, nos termos do art. 203 do Regulamento Interno de Licitações, Contrato e Convênios – RILC da CASAL;

9.2. Eventuais necessidades de alteração nas quantidades deverão obrigatoriamente ser formalizadas tempestivamente para que não ocorra situação de comprometimento de recursos sem a respectiva cobertura financeira e prazos contratuais.

9.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Gestores e/ou Fiscais deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas necessárias e convenientes dos arts. 203 e 204 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC da CASAL.

9.4. As partes anotarão em registro próprio devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução da ATA, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.5. A gestão e a fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da FORNECEDORA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme art. 192, II do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios- RILC da CASAL.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO: Os produtos deverão ser entregues na condição CIF – Maceió/AL.

[Handwritten signature]
Adm. de Licitação/Tenório
Adm. de Licitação Nº 11.802
GEJUR / CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

10.1. Os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, no sentido de se avaliar o cumprimento das especificações do Edital;
- b) Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 dias do recebimento provisório.

10.2. O almoxarifado da GESUP procederá ao recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias úteis, verificando a qualidade, a quantidade e a conformidade com o exigido neste Termo de Referência e com o constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora.

10.3. Caso sejam insatisfatórias as verificações, será lavrado Termo de Recusa dos materiais, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo de 15 dias úteis, contados da comunicação formal, sem ônus para a CASAL.

10.4. Caso a correção não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades.

10.5. Os custos da substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA.

10.6. Caso sejam satisfatórias as verificações, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTRATO:

11.1. Durante todo o prazo de validade da ata de registro de preço, a empresa detentora poderá ser convidada a firmar contrato de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no edital e as determinações na legislação vigente.

11.2. O contrato de fornecimento será sempre representado pela Autorização de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente.

11.3. Quando do fornecimento com a Autorização do Fornecimento, a contratada é obrigada:

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em restrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior obriga a CONTRATADA na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Efetuar o pagamento conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.2. Receber e conferir o produto, conferir e atestar a Nota Fiscal, encaminhando a mesma para registro e pagamento;

12.3. Notificar por escrito à contratada, toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência afixando prazo para sua correção.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA: O registro do fornecedor será



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela CASAL, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a CASAL.

13.1. O cancelamento do registro nas hipóteses acima previstas será formalizado por despacho da autoridade máxima da CASAL, assegurado, de forma prévia, o contraditório e a ampla defesa.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES: O desatendimento injustificado das obrigações assumidas pela contratada sujeitará as seguintes penalidades:

- a) ADVERTÊNCIA, por escrito, pela inexecução parcial do contrato, pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, pela paralisação da prestação dos serviços.
- b) MULTA moratória, na forma prevista no termo de referência;
- c) MULTA compensatória, na forma prevista no termo de referência;
- d) SUSPENSÃO do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CASAL, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas a e c desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS: Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididas pelas partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CASAL suas alterações e demais normas administrativas, federais e estaduais, que fazem parte integrante desta ata independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO: Quaisquer questões decorrentes do eventual Contrato serão dirimidas no Foro da Cidade de Maceió - AL, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordes, as partes assinam a presente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas a tudo presentes.

Maceió, 18 de Setembro de 2019

TESTEMUNHAS:

Adriana N. Mendes
NOME E CPF

Denise Leite
NOME E CPF

Wilde Clécio Falcão de Alencar
WILDE CLÉCIO FALCÃO DE ALENCAR
Diretor Presidente/CASAL

Humberto Carvalho Júnior
HUMBERTO CARVALHO JÚNIOR
Vice Presidente de Gestão Operacional/CASAL

Guilherme de Freitas Roveri José
GUILHERME DE FREITAS ROVERI JOSÉ
P/ CONTRATADA

Adm. Victor Vitorino Figueiredo
Vice-Presidente de Gestão Corporativa
CASAL



ESTADO DE ALAGOAS
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS

ATA Nº 08/2019 DA LICITAÇÃO CASAL Nº 35/2019 - SRP

PLANILHA DE CUSTOS

ANEXO I

LOTE 02				
OBJETO	QUANTIDADE (KG)	MARCA FABRICANTE	PREÇO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
<p>TRICLORO EM PÓ O produto químico deve ser registrado na ANVISA como desinfetante de água para consumo humano. O fornecedor deve enviar comprovante desse registro antes da contratação. Deve atender aos requisitos da NBR 15.784. Dosagem máxima de uso de interesse: 5ppm. Teor mínimo de cloro ativo de 90%. Em bambonas plásticas descartáveis de 20, 25, 40 ou 50kg. Registro na ANVISA: 336800003</p>	24.000	CLIM 90 HIDRODOMI	11,24	269.760,00

Handwritten signature: *Jenório*
Stamp: GEJUR / CASAL Nº 11.600